

As Demandas de Saúde da População Trans Masculina

Ana Beatriz Gomiero dos Santos, Renato Braz Mehanna Khamis

Universidade Santa Cecília (UNISANTA), Santos-SP, Brasil

E-mail: anagomiero8@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo mapear as principais demandas de saúde específicas à população trans masculina, bem como identificar se tais necessidades são atendidas pelos serviços de saúde pública ou privada no Brasil. A metodologia adotada é a dedutiva, mediante revisão bibliográfica de trabalhos relevantes já publicados sobre o tema. Com isso, foi possível aferir que a população trans masculina apresenta demandas específicas de saúde mental, física, ginecológica e sexual, além das que se referem às modificações corporais para afirmação de gênero. Observou-se que a maioria destas demandas não são atendidas de forma eficaz, diante da discriminação ainda intensamente difundida, do despreparo dos profissionais e das intensas filas impostas pela escassez dos serviços.

Palavras-chave: homens transgêneros; direito da saúde; modificações corporais; gênero; Sistema Único de Saúde.

The Health Demands of the Trans Male Population

Abstract: The present work aims to map the main health demands specific to the male trans population, as well as to identify whether such needs are met by public or private health services in Brazil. The methodology adopted is the deductive method, through a bibliographic review of relevant works already published on the subject. With this, it was possible to verify that the male trans population has specific demands for mental, physical, gynecological and sexual health, in addition to those that refer to body modifications for gender affirmation. It was observed that most of these demands are not effectively met, given the still intensely widespread discrimination, the unpreparedness of professionals and the intense queues imposed by the scarcity of services.

Keywords: transgender men; health law; body modifications; genre; Health Unic System.

Introdução

Homens transgêneros são pessoas que, em diferentes graus, não se identificam com os comportamentos e papéis esperados do gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, no caso, o feminino [1].

Apesar de a discussão acerca das mais variadas identidades de gênero não ser tão recente, a discriminação imposta a esta população continua patente e intensa, ocasionando diversos obstáculos para o exercício dos mais básicos direitos, assegurados a todos os cidadãos brasileiros, por força da Constituição Federal.

No âmbito da assistência à saúde, a população em estudo apresenta demandas muito específicas de uma identidade de gênero masculina em um corpo biologicamente feminino. São verificadas condições específicas de saúde mental, física, ginecológica e sexual, além das demandas voltadas às modificações corporais, para afirmação de gênero em busca da “passabilidade” de um corpo lido como masculino.

Para demandas de saúde específicas, faz-se necessário que o Estado disponha de políticas públicas e infraestrutura também específicas, a fim de garantir o acesso aos serviços de saúde a esta população, o que parece não se verificar na prática.

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo levantar as principais demandas de saúde específicas à população trans masculina, tanto em relação às modificações corporais, quanto às enfermidades específicas a este grupo.

Objetiva-se, após, analisar se tais demandas são atendidas pelos serviços de saúde do Brasil.

Material e Métodos

O trabalho foi desenvolvido com base no método dedutivo, mediante revisão bibliográfica de artigos científicos, alguns inclusive elaborados com base em entrevistas à população estudada.

Por meio desta metodologia, tornou-se possível fixar as principais demandas de saúde relatadas pela população trans masculina, bem como sua situação de efetividade observada na prática.

Resultados

Inicia-se a análise das demandas de saúde específicas à população trans masculina pelo campo da saúde mental, questão muito delicada e de solução complexa.

Importa destacar o chamado “estresse de minoria”, que se caracteriza por uma tensão única, crônica e de base social capaz de elevar, em muito, o risco de ser acometido por transtornos de ansiedade, depressão, autolesão, ideação suicida, transtornos alimentares e abuso de substâncias [1].

A discriminação social, o estigma e a rejeição familiar são vistos como fatores de risco que intensificam os transtornos psicológicos relatados por esta população, enquanto o processo de afirmação de gênero, o suporte social, as relações de amizade, a inserção na comunidade

LGBTI+ e a condição econômica favorável são verdadeiros fatores de proteção, capazes de reduzir os riscos [2].

Quando se fala em saúde física, há de se atribuir especial atenção às questões ginecológicas, que são muitas vezes negligenciadas pelos homens transgênero em razão os obstáculos impostos pela discriminação no atendimento, o que será melhor analisado mais adiante.

Uma questão que se destaca é a dificuldade de diagnóstico de câncer de colo de útero em razão da atrofia vaginal causada pela hormonização com testosterona que, além de tornar mais doloroso o exame de papanicolau, o impõe maiores chances de resultado inconclusivo [3].

Talvez o campo que mais mereça atenção quando se fala sobre saúde da população trans masculina é o das modificações corporais de afirmação de gênero, em busca da chamada “passabilidade”, vez que um corpo lido como masculino é capaz de protegê-lo de muitas violências [4].

A primeira e principal demanda neste sentido é, sem dúvidas, a da hormonização. O hormônio mais utilizado para tanto é a testosterona, sendo possível também a utilização do agonista liberados de GnRH, antes ou durante a puberdade. Com o tratamento correto, 68% dos homens trans atingem níveis fisiológicos de testosterona em 6 meses. Alguns efeitos colaterais observados são atrofia endometrial, anovulação e osteoporose [1].

Os procedimentos cirúrgicos de modificação corporal, por sua vez, não são unanimidade entre a população trans masculina. A principal demanda foca-se na mamoplastia masculinizadora para retirada dos seios [4].

No caso dos homens trans ainda não há tecnologia suficiente a garantir uma cirurgia de transgenitalização segura, com sérios riscos de perda do prazer [4]. Em razão disso, o procedimento de neofaloplastia não é, ainda, muito procurado.

Ainda no campo das modificações corporais, há também demanda por alguns procedimentos mais específicos e de menor extensão, tais quais a histerectomia, as cirurgias estéticas faciais e a reconstrução do pomo de adão [4].

Discussão

A despeito das demandas muito bem estabelecidas, a população trans masculina enfrenta, ainda, muitas barreiras no acesso aos serviços de saúde, em razão, principalmente, do despreparo verificado nos profissionais disponíveis.

Isto porque, até pouco tempo, a própria transexualidade era considerada uma doença, classificada no CID 10 F64 como “transtornos de identidade sexual/transexualismo”. Apenas em 2018, com o advento do CID 11, é que se retirou a condição do campo dos transtornos mentais para “condição relacionada à saúde sexual” [2].

A discriminação, porém, é ainda acachapante: apenas 5% da população transgênero tem emprego com carteira assinada, a expectativa de vida fixa-se em aproximadamente 35 anos e 90% alega sofrer barreiras no acesso aos cuidados de saúde [1].

Com o condão de mitigar estas dificuldades é que adveio, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, garantindo o acesso ao SUS, o uso do nome social e o acesso à hormonioterapia e cirurgias de adequação do corpo biológico à identidade de gênero. Em todo país, porém, existem apenas 5 hospitais habilitados para realizar o procedimento cirúrgico e 8 serviços ambulatoriais com atendimento voltado para a população trans [1].

Pesquisas apontam que um terço dos transgêneros já se viu compelido a explicar aos seus médicos o que é ser trans e as especificidades necessárias ao atendimento, enquanto 76% dos médicos admitem presumir, em uma primeira consulta, que o paciente é pessoa cisgênero [5].

Tais constrangimentos, advindos do absoluto despreparo resultam na pouca adesão a consultas de rotina, principalmente ginecológicas, o que gera consequências gravíssimas, inclusive maiores índices de ISTs por falta de orientação relativa à proteção [6].

Neste contexto, a problemática referente ao diagnóstico do câncer de colo de útero torna-se ainda mais grave, vez que a dificuldade fisiológica para realização do exame, somada a baixa adesão às consultas de rotina, permite que a taxa de rastreamento despense de 81% no caso das mulheres cis para 51% nos homens trans. Ainda neste âmbito, 70% dos médicos afirmam desconhecer as recomendações específicas para diagnóstico de câncer de colo de útero na população transgênero [3].

Quando se fala em gestação de homens transgênero, a situação de discriminação e, principalmente, de despreparo dos serviços, se agrava ainda mais. O casal Lorenzo (homem trans) e Isis (mulher trans) documentou nas redes sociais sua peregrinação pelos serviços de saúde do Sergipe para que Lorenzo pudesse realizar seu acompanhamento pré-natal, enquanto qualquer atendimento ginecológico e obstétrico era recusado caso ele não se identificasse pelo gênero feminino e por seu nome registral. O casal não teve acesso ao pré-natal até os 8 meses

de gestação, quando conseguiram atendimento no Ambulatório de Atenção Integral para Pessoas Trans e Travestis no bairro Santa Cecília, em São Paulo.

Especificamente no campo das modificações corporais de afirmação de gênero, são ainda muitos os obstáculos enfrentados. Não há regulamentação para o fornecimento do tratamento hormonal pelo SUS, o que ocasiona um longo período de espera para que se consiga uma consulta com endocrinologista e o efetivo fornecimento do hormônio. Assim, muitos homens trans iniciam a hormonização com testosterona por conta própria, sem orientação médica [4].

As primeiras cirurgias de readequação sexual eram vistas como mutilações, ocasionando punições disciplinares e até criminais aos médicos que aceitavam realizá-las. Foram incluídas no âmbito do SUS apenas em 2008, mas o acesso ainda é muito dificultado pelas intensas filas [4]. No caso da neofaloplastia, a cirurgia sequer é realizada no Brasil, seja na rede pública ou na privada, sendo que poucos cirurgiões no mundo dominam a técnica [7].

Quaisquer destes procedimentos, no âmbito do SUS, somente são realizados em maiores de 18 anos, mediante 2 anos de acompanhamento terapêutico prévio e laudo de CID F-64 [4].

Conclusões

Conclui-se que a população trans masculina possui demandas específicas de saúde mental e física, assistência ginecológica e obstétrica, além de modificações corporais de afirmação de gênero. Apesar destas demandas serem abarcadas, em teoria, pela assistência integral fornecida pela SUS, esta população sofre ainda com intensas dificuldades de acesso, seja pela discriminação enfrentada mas, principalmente, pelo absoluto despreparo dos serviços de saúde para prestar o atendimento adequado a esta população, bem como pelas longas filas que lhes são impostas, tornando ineficaz a prestação.

Referências

1. SILVA, Bruna Pontes; SCHONS, Anelise Alves Nunes. Desenvolvimento de um guia rápido para prática de atenção à saúde da população transgênero. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, [S.L.], v. 14, n. 41, p. 2027, 3 set. 2019. Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC). [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)2027](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14(41)2027).
2. ALVARES, Joana; PENNA, Marcela Nunes; GARCIA, Lana dal Magro; FALCKE, Denise. Saúde mental de pessoas transgênero: revisão integrativa de literatura. **Psi Unisc**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 139-157, 6 set. 2022. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/psiunisc.v6i2.17227>.
3. FLORIDO, Lucas M. P.; ELIAN, Ethel M. H.. Desafios do Rastreamento de Câncer de Colo em Homens Transgêneros. **Cadernos de Medicina - Unifeso**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 162-169, fev. 2019.
4. SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 10, p. 2-11, 11 out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00036318>.

5. BOSSI, Bruna Maffei et al. Especificidades do Atendimento Ginecológico na População Transgênero Masculina. **Revista Unilus Ensino e Pesquisa**, Santos, v. 17, n. 48, p. 81-92, set. 2020.
6. ARRUDA, Pâmela Mendes; OLIVEIRA, Manuela Gondim Lima; COLARES, Isabela Aragão; BRITTO, Débora Fernandes; PEIXOTO, Raquel Autran Coelho. Saúde sexual e reprodutiva de homens transgêneros e mulheres homoafetivas: revisão integrativa. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 1-2, 27 jan. 2022. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25676>.
7. OLIVEIRA, Lucas Alves de Brito. **Neoplastia e Narrativas de um Homem Transgênero: identidade, corpo e saúde**. 2020. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.